

Economia

QUINTA-FEIRA - 31 DE DEZEMBRO DE 1992

O ESTADO DE S. PAULO - 1

Economia - Brasil & NEGÓCIOS

Governo agora luta para aprovar ajuste

Ministro Paulo Haddad anuncia hoje o programa de curto prazo, preocupado com as mudanças no projeto de reforma fiscal

BEATRIZ ABREU



BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, anuncia hoje em entrevista coletiva as diretrizes do governo para o curto prazo, preocupado com a possibilidade de que sua principal base de sustentação para a retomada do crescimento seja comprometida pelo Congresso: a aprovação do ajuste fiscal. O governo esperava arrecadar adicionalmente com o ajuste fiscal cerca de US\$ 12 bilhões, mas as modificações feitas pelos parlamentares poderão frustrar as expectativas do ministro Paulo Haddad.

“O projeto foi modificado e a alternativa será nos ajustarmos ao que for aprovado e aperfeiçoar ainda mais a arrecadação de impostos”, disse ontem um importante assessor. O combate à inflação preconizado pelo presidente Itamar Franco no seu pronunciamento de ontem afasta a possibilidade de novos choques na economia, congelamentos de preços e salários ou mesmo bloqueios de poupança financeira. A estratégia de Haddad é manter as taxas de juros reais (acima da inflação) para evitar uma “explosão inflacionária”. “Vamos resistir a toda tentativa de usar as taxas de juros como política independente”, comentou um assessor da equipe. “Não haverá choques e nenhuma medida será adotada se não puder ser discutida previamente com a sociedade”, reafirmam os técnicos da área econômica. O programa econômico que Paulo Haddad anuncia hoje contempla medidas na direção do crescimento

Andre Dusek/AE

**Paulo Haddad**

Medidas na direção do crescimento econômico

econômico e combate à inflação. A equipe econômica prevê aceleração dos índices em janeiro, mas aposta que, a partir de fevereiro, a inflação cairá gradualmente até atingir o nível entre 12% e 13% ao final de dezembro de 1993.

O programa de curto prazo traça as linhas de ação do governo, que pretende avançar ainda nas reformas estruturais. Neste tópico se inclui a renegociação das dívidas do setor público, além de resolver o problema da dívida mobiliária. A proposta é fazer um acerto de contas no próprio setor público e negociar com o mercado financeiro o alongamento dos prazos de vencimento da dívida mobiliária.